

A GEOPOLÍTICA E O STATUS QUO NO LESTE ASIÁTICO: SERIA A CHINA UM PODER CONTRA-HEGEMÔNICO? ¹

Felipe Rufino Atkocius²

Resumo: Desde o início da abertura econômica chinesa, durante a década de 1970, o governo chinês afirmou que o desenvolvimento de seu país está fundamentado no princípio do Peaceful Rise (ascensão pacífica). Tal conceito, formulado pelo líder chinês Deng Xiaoping, nega a possibilidade de a China utilizar suas forças armadas com o intuito de favorecer seus interesses nacionais e desenvolvimentistas. Contudo, em 2003, fora notada a elevação dos gastos relativos às forças armadas. Tal alteração gerou grande desconfiança, pois os pesquisadores da área e diversos membros de diferentes governos passaram a contestar a validade da proposta do Peaceful Rise, já que um país pacífico não necessita se armar de forma a se tornar competitivo com os EUA. A partir deste aspecto, este artigo procura alçar uma discussão de cunho estratégico e geopolítico, cujo foco é entender o papel que a China moderna esta adquirindo e desempenhando no plano internacional e, na sequência, examinar se este país representa uma afronta para a hegemonia exercida pelos EUA no Leste Asiático.

Palavras Chave: Geopolítica, Leste Asiático, China, Hegemonia, Segurança e Defesa internacional.

Abstract: Since the beginning of Chinese economic liberalization during the 1970s, the Chinese government alleged that the country's development is based on the Peaceful Rise principle. This concept, formulated by the Chinese leader Deng Xiaoping, denies the possibility that China may use its armed forces in order to promote its development and national interests. However, in 2003, was noticed the rise in the chinese military budget. This change in the figures has generated great skepticism among the scientific society and several government's members, which began to challenge the validity of the proposed Peaceful Rise, as a peaceful countries does not need to arm themselves in order to become competitive with the U.S.. From this point, this article seeks to raise a discussion of geopolitical and strategic nature, whose focus is to understand the role that modern China is acquiring and playing at international system and, subsequently, to examine whether this country

1 Resultado parcial da pesquisa de investigação "A modernização militar chinesa e a alteração na Balança de Ameaças do leste asiático: Medo ou Realidade?" orientada pelo Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann, Doutor em Ciência Política pela USP e professor visitante pela UEPB.

2 Discente do Curso de Ralações Internacionais da UNESP – Campus de Franca. E-mail: felipe.atkocius@gmail.com

is an affront to the hegemony exercised by the U.S. in East Asia.

Keywords: Geopolitics, East Asia, China, Hegemony, international security and defense.

1 - Consideração Inicial

Recentemente uma série notícias e artigos acadêmicos, evidenciando a modernização militar chinesa, têm surgido a partir de grupos de estudos e periódicos ao redor do mundo. Os documentos sobre o assunto são concordantes com relação à existência e a ocorrência do fenômeno, conseguindo delimitar e entender cada parte do processo de forma individual, porém a razão pelo qual o “todo” se manifesta é percebida de forma divergente normalmente evidenciando tal modernização como ameaçadora ou desestabilizante. De fato, as expressões “ameaça” e “equilíbrio” passaram a ser constantemente aplicadas como as resultantes do processo de modernização militar que ocorre atualmente.

Acredita-se que com o fim da Guerra Fria os EUA emergiram como a única superpotência mundial, que exercia hegemonia política e econômica globalmente. Não é comum pensar na possibilidade de um ou mais poderes serem capazes de novamente balancear o poder com os EUA como ocorreu durante a Guerra-Fria, já que desde 1990 não existiu nenhum Estado capaz de representar uma possível alteração na configuração geopolítica. Tão logo surgiu o seguinte pensamento: “Se as pesquisas acadêmicas tendem a possuir um caráter neutro com relação à realidade, porque elas tratam a modernização militar chinesa como uma ameaça?”.

Para Maisonroue (1998, p. 152-153), a união da realidade com a crença pessoal forma a percepção. Neste aspecto, a ameaça atua apenas na percepção do indivíduo temeroso, logo trata-se de uma percepção subjetiva frente a uma realidade. O desenvolvimento militar chinês opera nesta lógica, pois é interpretado como uma ameaça pelos EUA e seus aliados, já que a hegemonia norte-americana e a paz no Leste Asiático estariam sob risco.

Neste contexto, este artigo procura alçar a discussão sobre qual o papel estratégico que a China moderna esta adquirindo, ao passo que seu poderio esta deixando de ser alicerçado apenas na esfera econômica em virtude do fortalecimento da esfera político-estratégica. Contudo, serão demonstradas as características do processo Chinês, tais como: a cultura política, a formação territorial, a economia recente e os posicionamentos políticos dos países vizinhos.

O trabalho procura responder a questão proposta no título a partir de:

- Fatos históricos relevantes, que quando comparados com a atualidade se torna possível a visualização de um padrão, de forma a localizar a origem e parte da motivação de algumas ações que os atores empreendam no Leste Asiático;

- A percepção de cada ator estudado sobre o fenômeno, a qual é extremamente importante para se entender quais interesses regem a política regional de cada um. Desta forma, une-se tais percepções com fatos e evidências atuais, que montam o cenário estudado e servem de base para a comparação com fatos históricos. Uma parcela dos dados é oriunda do acompanhamento de algumas instituições governamentais e não-governamentais, que desenvolvem pesquisas na área de segurança e defesa, política externa e economia, tais como: RAND, Ministério do Comercio da China, Departamento de Defesa dos Estados Unidos, Ministério dos Assuntos Estrangeiros do Japão e o Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). Outra parcela dos dados tem origem em trabalhos acadêmicos de pesquisadores de diferentes países. Os fatos atuais são oriundos de notícias veiculadas pelas seguintes agências: Kyodo, CNN, PRAVDA e EFE.

- Análise da projeção econômica e militar chinesa em patamar geopolítico, de forma a entender como estes dois vetores de projeção operam internacionalmente;

2 - A colônia de todas as metrópoles

A China, a pouco mais de um século atrás, foi uma região disputada e colonizada pelas potências européias e o Japão. Os poderes estrangeiros viram na região uma oportunidade de exercer seus próprios interesses colonialistas, dado que seria fácil a dominação da China a partir do uso da força militar, visto que havia o apoio interno dos imperadores da dinastia Manchu e a descentralização política do território. Estes fatores não permitiram uma reação rápida e concentrada contra os interesses estrangeiros, que dentro de um território desunido foram promovidos com grande tranquilidade. A identidade nacional não passava de semelhanças culturais entre as regiões da Etnia Han³, visto que suas representações políticas eram conflituosas. Tais conflitos internos apenas enfraqueciam ainda mais o poder chinês e facilitava a influência estrangeira (ZEMIN, 2002, p. 370-374).

Apesar da atual configuração do território chinês, que hoje compreende vinte e duas províncias, além das regiões autônomas de Xinjiang, Mongólia Interior, Tibete, Ningxia, Guangxi, Hong-Kong e Macau, nas quais as duas últimas são regiões administrativas especiais, a China sofreu consideráveis perdas durante o período neocolonial, pois após a Guerra do Ópio (1840-1842) foi obrigada a ceder a região de Hong-Kong à Inglaterra, que foi reincorporada somente em 1997. Em 1885 a França coligou o Vietnã às suas possessões coloniais, que foi uma grande perda para o império chinês, já que a região havia sido administrada pelos chineses durante a dinastia Ming e posteriormente foi um reino satélite de Pequim. Por sua vez, houve também a

3 A etnia Han corresponde a 91% de toda a população chinesa. Visualmente são considerados pelos ocidentais como os chineses "típicos", de pele mais clara, cabelos lisos e grosseiramente confundidos com os japoneses.

perda da Manchúria para a Rússia em 1899, que em seguida foi dominada pelo Japão em decorrência da derrota russa na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) e da Revolução Russa (1917-1921), uma vez que enfraqueceu a administração e influência de Moscou sobre o território.

A partir do plano imperialista japonês ocorreu a ocupação de Taiwan e a perda da Coreia com o término da I Guerra Sino-Japonesa (1894-1895). Antes deste conflito, a Coreia era uma colônia chinesa, que após a derrota da China e a imediata rendição, passou para o controle japonês. Taiwan se transformou em uma colônia japonesa até 1945, porém ao contrário de outras formas de colonização, a imposta pelos japoneses na ilha deixou marcas positivas que até hoje são visíveis na sociedade e em alguns políticos que são pró-Japão (SMITH, 2009, p. 238). As potências ocidentais julgaram natural a colonização japonesa, dado que para elas apenas representava mais uma etapa do neo-colonialismo, no qual o Japão era considerado uma metrópole de padrão europeu. Mesmo com todas essas perdas, a China conservou suas dimensões continentais, abrangendo um território de 9,5 milhões de quilômetros quadrados, o que a faz possuidora do terceiro maior território nacional do mundo.

Dentro deste contexto, as potências ocidentais e o Japão passaram, desde o século XIX, a manter colônias nas ilhas chinesas e na borda continental (ZEMIN, 2002, p. 204-206). As perdas sucessivas que o país enfrentou no século XIX acabaram por despertar na população um sentimento nacionalista. O levante dos Boxers, ocorrido nos anos de 1899 e 1900, embora não tenha obtido êxito, é resultante do anseio da China em livrar-se do domínio das nações imperialistas.

Em 1905 foi fundado o Kuomintang (Partido Nacionalista - KMT), por Sun Yat-Sen, que seis anos mais tarde comandou a revolução a qual pôs fim à China Imperial, proclamando a República⁴ (ZEMIN, 2002, p. 204-206). Todavia, a China permanecia desunida, dado que existiam vários poderes locais e difusos distribuídos em diferentes etnias. Além disso, boa parte das camadas populares não se identificava com o partido e suas propostas; tal lacuna permitiu que mais tarde surgisse o Partido Comunista Chinês (PCCh). Apesar de o Império Chinês ter capitulado, o país estava longe de possuir um governo central dotado de legitimidade reconhecida pela população (BLAINEY, 2009, p. 177).

Não tardou para que o novo governo chinês voltasse a aproximar-se diplomaticamente das potências européias que outrora o dominara. Nas décadas que se seguiram, a China continuou a ser vítima de influências

4 Vale ressaltar que a proclamação da República Chinesa não recuperou os territórios antes perdidos, dado que os mesmos foram cedidos como reparações pelos conflitos com as potências estrangeiras no século XIX. A alteração de governo não pôs fim à administração colonial sobre as possessões e nem rompeu com nenhum dos tratados bilaterais assinados anteriormente. Se o rompimento de algum tratado fosse feito, o governo Chinês teria de arcar com um conflito armado, no qual não teria chances de vencer em virtude da defasagem tecnológica e da ausência de uma marinha de guerra, pois a mesma havia sido destruída pelos japoneses durante a I Guerra Sino-Japonesa.

externas, pois as instituições coloniais se faziam presentes em diversos territórios (ZEMIN, 2002 p. 204-206). Além disso, passou a sofrer com a guerra civil entre os nacionalistas e os comunistas, que apenas cessaram os conflitos e se uniram para combater a invasão japonesa em 1937.

A lacuna deixada pelo KMT, que permitiu o surgimento do PCCh na China, pode ser resumida nas palavras de Geoffrey Blainey (2009, p. 178):

No começo do século, a China possuía todos os ingredientes necessários para uma revolução política. Era um país rural, pobre, com um governo desprezível e fazia um triste papel no mundo, ainda que algumas de suas tradições estivessem sendo solapadas por idéias estrangeiras. Possuía, após 1910, um círculo cada vez maior de críticos e patriotas e pretensos políticos. Para eles, a notícia da vitória dos bolcheviques em São Petersburgo, em 1917, foi como um deslumbrante raio de luz.

Tal “luz” aos problemas chineses só chegaria em 1949, com o sucesso da Revolução Chinesa, na qual o líder do Partido Comunista, Mao Tse Tung, implementou o sistema comunista na China.

3 - A consolidação do território e da identidade cultural chinesa

Com o advento da II Guerra Sino-Japonesa (1937-1945) houve a união da população chinesa para lutar contra o inimigo estrangeiro. Durante a guerra todas as províncias se uniram no esforço de combater o exército japonês⁵, que invadira aquele país. Foi neste momento que a consciência de nação surgiu, fato que uniu a população e formou parte da atual identidade cultural chinesa (MIYOSHI, 2007, p. 8-14).

Com a entrada dos EUA na II Guerra Mundial, a China ganhava um novo aliado para combater os japoneses, pois, de fato, os chineses perderam todas as batalhas que travaram restando apenas práticas de guerrilhas com intuito de enfraquecer ao máximo as forças japonesas (MCNEILLY, 2003). Neste ponto, a libertação da China Continental ocorreu pela intervenção norte-americana, sobre a qual, com o fim da guerra, resultou na devolução dos territórios da

5 É possível afirmar que não pode ter sido a guerra contra o Japão o fator que consolidou a unidade nacional, porque nesta situação a consolidação deveria ter ocorrido logo na I Guerra Sino-Japonesa e não na II. Tal argumento é facilmente refutado com o apontamento de que o primeiro conflito ocorreu nos mares e compreendeu a ilha de Taiwan e a Península Coreana. Neste sentido a população continental só “sentiu” o conflito quando o mesmo ocorreu na China continental, afetando o cotidiano de todo o país.

Manchúria e Taiwan, isto é, todas as possessões japonesas⁶.

Com o fim do conflito estava formada a aliança estratégica sino-americana; neste contexto os EUA defenderam a posição de “Uma só China”, que consistia em promover a reintegração de todos os territórios cedidos ao colonialismo (KISSINGER, 1998). Mao Tse-Tung, posteriormente com o sucesso da revolução, deu prosseguimento a posição “Uma só China”, mas com foco em Hong Kong, Macau e Taiwan, que tinham administração capitalista (MIYOSHI, 2007, p. 19-28).

Até este ponto, pode-se concluir que o nacionalismo chinês não foi oriundo da revolução comunista, mas da matriz cultural e histórica da população (MIYOSHI, 2007, p. 8-14). A revolução foi bem sucedida pelo fato de o Kuomintang estar enfraquecido devido à guerra, pois o próprio Mao Tse-Tung afirmou em 1972 que os japoneses apenas ajudaram a revolução de forma estratégica, porque se não fosse a invasão, a revolução jamais seria bem sucedida e o Kuomintang não seria afugentado para Taiwan (KISSINGER, 1998).

Entretanto, foi a partir da Revolução Comunista que ocorreu de fato a consolidação de uma identidade nacional, pois houve a utilização da propaganda ideológica pelos meios de comunicação (QUEIROZ, 2006) e educacionais (MIYOSHI, 2007, p. 16-22; TAMAMOTO, 2005, p. 58-62) somados ao uso do poder coercitivo para conquistar a integração política. Contudo, reunidos em torno do comunismo, os chineses despertaram certo resguardo por parte dos governos ocidentais (BLAINEY, p. 179; VIZENTINI, 2007). Foi neste contexto que a política norte-americana para a Ásia se modificou, visto que com a perda de um importante aliado como a China seria necessário investir em outro país que pudesse representar uma contenção para o comunismo; neste caso a opção foi o Japão e Taiwan (KISSINGER, 1998; VIZENTINI, 2007).

A política norte-americana de contenção ao comunismo passou a considerar a China como ator beligerante a ser refreado. Em consequência Taiwan se tornou um peso na condução da política externa chinesa, dada a intervenção dos EUA na ilha.

A China comunista condenou as duas invasões japonesas, correspondentes a I Guerra Sino-Japonesa (1894=1895) e a II Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), e manteve os mesmos ideais nacionalistas promovidos pelo KMT (o nacionalismo anticolonial), porém, após reatar as relações com o Japão e os EUA em 1972, tais fatos perderam a prioridade que tinham anteriormente, uma vez que o Japão já não era mais identificado pela China como um inimigo agressor em virtude da mudança radical de suas políticas (TAMAMOTO, 2009, p. 64-66). Era de interesse para o governo chinês alavancar a economia e se proteger da cisão com a URSS, que poderia resultar em uma

6 Com o fim da II Guerra Sino-Japonesa os tratados com as potências européias, salvo a Alemanha, não foram quebrados. Portanto, os territórios cedidos anteriormente permaneceram sobre administração colonial.

intervenção militar vinda de Moscou. Neste contexto, retomar o diálogo com os EUA e o Japão foi a opção escolhida por Mao Tse-Tung. Tal reinício das relações substituiu o governo de Taiwan pela China comunista na cadeira do conselho de segurança⁷ (KISSINGER, 1998) e a retomada da política “Uma só China” por parte dos norte-americanos (RAND, 2009).

4 - O Tigre de Papel: a fragilidade estrutural da unificação do território chinês

Ao se tratar da consolidação do território chinês, Pequim, após a reintegração de Macau e Hong-Kong, ambicionou que o mesmo fosse feito com Taiwan. Foi oferecido para a ilha, a exemplo dessas duas outras províncias, a transição baseada no princípio “uma nação, dois sistemas” (MIYOSHI, 2007, p. 25-26), no qual se manteria o sistema econômico capitalista na ilha, porém com o sistema político comunista exercido pela República Popular da China.

A partir deste arcabouço histórico de luta contra o colonialismo que, atualmente, o governo chinês afirma que não se sujeitará mais as humilhações como as ocorridas no passado, já que a independência de Taiwan é vista como ultrajante para a nação (MIYOSHI, 2007, p. 26-30; ZEMIN, 2002, p. 125-132). A ilha é um território estratégico importante no Mar da China e, se Taiwan declarasse independência, tal fato geraria pretextos para que outras províncias se insurgissem contra Pequim⁸ (MIYOSHI, 2007, p. 25-26).

Para entender o paradoxo territorial chinês é necessário primeiramente entender o conceito estratégico de “Tigre de papel”, que foi formulado por Mao Tse-Tun no discurso intitulado “*O Imperialismo Americano é um Tigre de Papel*” (TSE-TUNG, 1956). *Mao afirmava que os imperialistas reacionários eram como um tigre de papel, aparentemente majestoso, poderoso e imponente, mas incapaz de resistir aos intemperismos do ambiente, já que uma simples tempestade (a revolução comunista) seria capaz de molhar e desmanchar o tigre.*

Atualmente, utiliza-se este conceito para evidenciar as fraquezas da China globalizada, já que se trata de uma grande economia capitalista modulada por um sistema político totalitário. Neste sentido, o governo seria o ponto mais

7 Neste momento o interesse americano na China estava atrelado a União Soviética. Aproveitando-se do desentendimento sino-soviético o governo Nixon rapidamente retomou os diálogos com os chineses, visto que a formulação de uma aliança angariaria um importante aliado comunista, que ajudaria no “sufocamento” geopolítico e ideológico da URSS (KISSINGER, 1998).

8 Segundo a visão geopolítica do Estado russo, elucidada pelo primeiro-ministro na época Vladimir Putin: “Se um de nossos territórios se separar, este fato irá abrir a possibilidade de que outros grupos terroristas procurem a mesma solução para seus problemas, logo devemos tomar medidas enérgicas para conter ações depredatórias” (EMBAIXADA RUSSA, 2002). Putin se referia a Chechênia, que se rebelava com intuito de declarar independência. O discurso chinês, ao se tratar do Tibete e de Taiwan, é exatamente o mesmo. Tal convergência entre perspectivas evidencia porque a China procurou firmar a Shanghai Cooperation Organization (SCO) junto ao governo russo, dado que a organização possui uma junta específica para o combate ao narcotráfico e o terrorismo (RAND, 2008).

frágil, por ter uma postura antiquada quanto ao reconhecimento político de minorias étnicas e o movimento globalizante no qual se insere, visto que a globalização dissemina conhecimento e idéias muitas vezes contrárias ao regime de Pequim. Dentro deste contexto, se a China sofrer uma crise econômica ou uma revolta popular, facilmente seria desmanchada. Com base em seu histórico de fragmentação territorial aliado ao colonialismo europeu, a manutenção da integridade do território passou a ser o maior interesse do Estado, já que a China não estaria preocupada com o intemperismo oriundo da arena internacional, mas da possibilidade de movimentos internos liderados por outras etnias venham a recortar o Tigre de Papel com a tesoura do separatismo. É com base neste conceito que o governo chinês justifica os investimentos na área militar.

5 – Dois sistemas, um só território: A ascensão chinesa na década de 1990

Deng Xiaoping utilizou-se de todos os meios que possuía, e dos que estavam ao seu alcance, para formar uma política de crescimento sem precedentes na história mundial moderna. Abrir a China para a economia de mercado era necessário, mas Deng precisava manter o partido comunista ideologicamente intacto, já que a abertura de um mercado interno para o capitalismo poderia romper com o propósito existencial do partido (ZEMIN, 2002, p. 201-254).

Para tal, seria necessário manter quatro pilares fundamentais: cultivar os princípios básicos do comunismo como ideologia de Estado, manter o sistema político intacto, conservar a ideologia leninista e maoísta e sustentar o poder do partido comunista. Estes princípios que regem a política interna seriam aliados a proposta do Peaceful Rise, que no plano da política externa representaria a boa intenção da China em reconhecer que o sistema internacional não é beligerante e deve ser mantido (ZEMIN, 2002, p. 284-289). Desta forma, a China saiu de uma posição de reclusão, para se integrar ao sistema econômico internacional exercendo um papel cooperativo ao invés de sua postura revolucionária e contra-hegemonica (LIQUN, 2010).

No final da década de 70, o governo chinês iniciou o processo de modernização econômica, que modificou a organização do seu sistema econômico com intuito de gerar possibilidades para o crescimento do mercado interno (NONNENBERG, 2010). O país permaneceu com o mesmo sistema político comunista, visto que é o governo quem orienta as ZEEs. Tais zonas eram caracterizadas pela sua localidade específica dentro do território chinês, normalmente na costa do Mar da China, no qual o sistema econômico capitalista e o contato com o exterior se faziam presente através de empresas estrangeiras (XIAN, 2003).

Os chineses passaram a ter “dois sistemas”, pois o capitalismo passou a

existir e expandiu-se dentro do território chinês de forma totalmente controlada pelo governo, já que as ZEEs possuem legislação especial para poder abarcar as empresas estrangeiras e promover segurança aos investimentos (WANG, 2001). A criação destas zonas permitiu a reintegração de Hong Kong e Macau, pois ambos os territórios já estavam totalmente agregados na economia capitalista e necessitavam de certa autonomia para poder se reintegrar politicamente⁹ com a China.

No plano externo, as novas oportunidades econômicas atraíram novos parceiros e vias de cooperação internacional. Dentre as políticas adotadas pelo governo chinês para viabilizar o crescimento econômico, pode-se ressaltar três principais:

- A valorização do Yuan através da adoção de um câmbio fixo em relação ao Dólar e da formação de imensas reservas da moeda americana no Banco Central da China; de forma a transformar o Yuan em uma referência na Ásia, ao passo que serve de opção paralela ao Dólar. Tal fato apenas foi possível através da aquisição de títulos da dívida pública dos EUA pelo governo chinês, que faz da China a maior credora do governo norte-americano, à medida que eleva a arrecadação de divisas em Dólar. Os investimentos das multinacionais Japonesas e Americanas, aliada ao câmbio fixo, fez a balança comercial chinesa ser positiva com relação a estes países, fato que gerou protestos por parte do governo norte-americano e japonês em razão das desvantagens sofridas dentro do sistema de câmbio fixo (MEDEIROS, 2008; CHAN, 2010);

- O crescimento de seu mercado interno, que é promovido a partir da construção de empresas estatais e grupos econômicos controlados majoritariamente pelo governo, os quais garantem a manutenção das políticas macroeconômicas desejadas (XIN, 2002; MEDEIROS, 2008). Desta forma, a China pôde formar sua indústria de base, que varia desde a indústria metalúrgica até a automobilística. Ao se tratar das empresas estrangeiras, o governo chinês lhes deu o direito de competir no mercado interno (EFE, 2010), porém sua atuação é limitada a partir de um conjunto de leis¹⁰ impostas pelo governo e o protecionismo dado às empresas nacionais;

- A crescente importação de todos os tipos de commodities dos vizinhos regionais mais pobres (Membros do ASEAN, do SCO e a Coreia do Norte), e de bens de capital, maquinário e outros de alta tecnologia dos vizinhos mais ricos (Japão e Coreia do Sul) (Medeiros, 2008). Neste cenário de negociações internacionais, a China conseguiu ganhar novos parceiros econômicos tornando-se um portal econômico para a Ásia central e um ator

9 Taiwan é um caso diferente neste ponto. Em termos econômicos nada diferencia Hong Kong, Macau e Taiwan; já que estas regiões sempre estiveram sobre o sistema econômico capitalista e a economia global. Contudo, politicamente Taiwan sempre foi o baluarte da resistência chinesa contra o comunismo, pois a propaganda política e os aliados na ilha até hoje geram uma identificação extremamente negativa entre a ilha e a China Continental (MIYOSHI, 2007).

10 Tal aplicação legal compreende: o formato obrigatório de marketing que a empresa deve seguir, a delimitação do raio de atuação dentro do território chinês e os locais de distribuição dos produtos daquela empresa; os quais, não atingem todas as províncias. É esta imposição que conduz a censura no campo empresarial.

importante na região (XIAN, 2003), conseqüentemente foi visível o fenômeno dos produtos *Made in China*;

Uma das críticas feitas ao sistema chinês esta relacionada aos direitos intelectuais, já que para abrir uma empresa, em conformidade com a legislação das ZEEs, é necessário que a companhia tenha um sócio chinês (NONNENBERG, 2010). Normalmente o governo indica um sócio para que as empresas possam se instalar. Este sócio, ao observar o processo de fabricação estrangeiro, toma conhecimento da tecnologia utilizada nos meios de produção e, posteriormente, aplica a técnica em fábricas nacionais; desta forma, a empresa nacional se torna capaz de produzir artigos piratas e extremamente similares aos originais (MEDEIROS, 2008). Uma das características do desenvolvimento econômico-empresarial chinês é a ausência de grandes investimentos nacionais em tecnologia, já que são adquiridas por meio de apropriação.

5.1 – Do Crescimento Interno para a Influência Econômica Regional

A complexa interação entre a política e a economia (Estados e mercados), tem reforçado o poder econômico como uma importante base para o poder político no contexto internacional (MEARSHEIMER, 1995, p. 19-26), no qual a China adquire cada vez mais relevância. Se por um lado o crescimento econômico chinês tem angariado legitimidade para política interna (NONNENBERG, 2010), por outro tem projetado estrategicamente seu poder econômico para áreas vizinhas (XIAN, 2003). O poder de convergência econômica da China em relação aos seus vizinhos se torna cada vez maior, uma vez que suas exportações passam a depender de um único “cliente” (MEDEIROS, 2006).

O foco centralizador exercido pela China e o Japão, de grande comprador e ao mesmo tempo fornecedor, altera a configuração econômica da região, que observa uma preponderância sino-japonesa cada vez maior frente a norte-americana. Contudo, Medeiros, Dent e Xian; evidenciam em suas teorias, que a transferência da centralidade econômica no Leste Asiático, do Japão para a China, reflete a disputa pela supremacia da região, já que estes dois países exercem o mesmo papel de ponte para a Ásia. Contudo, o modelo chinês carece de desenvolvimento tecnológico e cultural, visto que o Japão, neste sentido, é amplamente mais competitivo e inovador ¹¹. Os EUA perdem espaço econômico, à medida que o Japão também perde para a China, por outro a China canaliza produtos e investimentos ocidentais; de qualquer forma,

11 O Japão é culturalmente considerado uma ponte para a Ásia, já que é o país nesta região que mais exporta cultura (desenhos animados, musica, filmes, vídeo-games etc), portanto possui melhor identificação positiva ao redor do mundo. Tecnologicamente pode-se dizer o mesmo, porque a distribuição, criação e inovação, já se transformaram em uma identidade do Japão no mundo e fazem a diferença na arrecadação econômica quando comparada com a China (DENT, 2008).

para o ocidente atingir o mercado oriental é necessário antes cruzar o Japão e a China.

5.2 – O triângulo econômico: EUA, China e Japão

O relacionamento político e econômico sino-nipônico é percebido como determinante para a estabilidade do Leste Asiático. Economicamente esta relação tem se intensificado no período do Pós Guerra-Fria (DENT, 2008), detectando-se a alta complementaridade comercial entre os dois países (MEDEIROS, 2006). É do interesse de Tóquio, que a China permaneça politicamente estável e expanda o relacionamento econômico sino-japonês, a fim de que continue prosseguindo com o seu desenvolvimento econômico orientado para as práticas do mercado (DENT, 2008). Neste aspecto, manter a China integrada com as instituições políticas e econômicas (globais e regionais) é primordial para que se evite uma possível desestruturação da unidade territorial chinesa, uma vez que poderia conduzir a um recrudescimento da relação sino-nipônica, prejudicando a transparência nas questões de segurança (SMITH, 2008). Em contrapartida, segundo a perspectiva chinesa, o Japão detém somente interesses econômicos de penetração diante do imenso mercado consumidor chinês (XIAN, 2003).

É interessante ressaltar, que na percepção chinesa pós-abertura, a manutenção do Estado independente, soberano e com estabilidade política; depende do desenvolvimento e da prosperidade econômica logo, deste modo, das boas relações comerciais e estratégicas com o Japão e os EUA (OLIVEIRA, 1995). Os Estados Unidos, apesar de geograficamente distantes da região, é um dos principais atores influenciadores, tendo em vista sua projeção econômica e militar. Os investimentos norte-americanos somados ao superávit comercial acumulado pela China, a partir dos fluxos comerciais com os EUA, são fundamentais para a elevação das reservas em dólar do Banco Central da China e para o aumento da capacidade do investimento chinês (MEDEIROS, 2006).

Por outro lado, os EUA demonstram interesses econômicos e estratégicos no estreitamento das relações comerciais com a China. O capital chinês sustenta os déficits comerciais por meio da compra de títulos do Tesouro americano, enquanto que o imenso mercado consumidor chinês emerge como um espaço dinâmico e bastante lucrativo para a atuação das multinacionais americanas (NONNENBERG, 2010). No entanto, a ascensão econômica chinesa tem apresentado desafios à hegemonia dos EUA de forma a comprometer a projeção econômica dos EUA e do Japão na região (SMITH, 2009 p. 238-239; RAND, 2008; TAMAMOTO, 2009, p. 63-66; MEARSHEIMER, 2006). Por este motivo, a China tem buscado associar sua emergência econômica e política à preservação do atual sistema internacional, com ajustes pontuais que facilitem

a “ascensão pacífica” do Estado chinês (PAUTASSO, 2008). A defesa de um sistema internacional multipolar pela China reflete o temor da emergência de uma coalizão antichinesa e o interesse em se projetar como um novo pólo de poder nesse sistema internacional multipolar (BRZEZINSKI, 2005).

6 - Os antagonismos na política regional: as divergências entre a esfera político-estratégica e a econômica.

Com o fim da Guerra-Fria, na ausência de um sistema opositor comunista, as relações econômicas entre os Estados se intensificaram; porém, muitas estruturas e alianças políticas oriundas deste período permaneceram (MEARSHEIMER, 1995): a China não alterou seu sistema político e manteve relações com países considerados inimigos por parte das potências ocidentais, por exemplo, a Coreia do Norte, enquanto o Japão permaneceu como aliado militar dos EUA (SMITH, 2009). As relações políticas entre China, EUA e Japão estão sustentadas nestes resquícios, porque o sistema político e as alianças cooperativas regionais se modificaram pouco, desenvolvendo apenas no campo econômico (MIYOSHI, 2007) como evidenciado nos itens anteriores.

Ainda durante a guerra fria, três anos após a crise dos mísseis cubanos, a China detonou sua primeira bomba atômica. Tal fato provocou grande preocupação no governo japonês, que de imediato consultou os EUA sobre a questão da aliança militar entre os dois países, pois o Japão desejava saber se seu território estaria protegido pelo “guarda-chuva nuclear” norte-americano, sem o qual estaria em situação insegura. Os EUA confirmaram a partir dos princípios propostos pelo Tratado de São Francisco¹² que, de fato, protegeria o Japão frente a qualquer ameaça nuclear que pudesse ocorrer, mesmo se isso implicasse na utilização das bombas atômicas (KISSINGER, 1998).

Após esta confirmação norte-americana o primeiro-ministro japonês na época, Eisaku Sato, declarou que o Japão apenas desenvolveria tecnologia nuclear para fins pacíficos, lançando os Três Princípios Não-Nucleares, que consistem em: não fabricar, não possuir e não permitir a entrada de armamentos nucleares em território japonês. Neste contexto, o governo japonês ratificou o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TPN), fato que premiou o primeiro-ministro japonês com o prêmio Nobel da Paz de 1974 (TAMAMOTO, 2009, p. 64-66).

Em 1972, em reconhecimento à política pacifista japonesa, Mao Tse Tung perdoou os crimes de guerra japoneses e afirmou que a China não

12 O Tratado de São Francisco foi firmado após a derrota japonesa na II Guerra Mundial. A carta traça uma linha longitudinal, que separa o Mar da China em dois. Do lado leste da linha encontram-se os territórios inteiros da Coreia do Sul e Japão mais a ilha Diaoyu/Senkaku, enquanto do lado oeste Taiwan e a China Continental. O tratado prevê que todo o lado leste está sobre proteção militar norte-americana aos moldes semelhantes aos da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), por esta razão, se qualquer território for invadido militarmente, os EUA possuem legitimidade internacional para intervir no conflito.

mais exigiria o pagamento das reparações por estes crimes da II Guerra Sino-Japonesa; portanto, as relações diplomáticas com o antigo inimigo foram reatadas (SMITH, 2009). Com a queda do Muro de Berlim houve a retirada de grande parcela dos mísseis balísticos norte-americanos que estavam alocados no Leste Asiático, porque não existia mais a necessidade de manter um arsenal com intuito de conter uma possível agressão soviética. Neste contexto, o governo chinês juntamente com o governo indiano apresentou em 1998 a proposta “No First Use” (não usar primeiro) para ser incorporada ao TPN. A proposta afirma: o Estado que ratificar “No First Use” se compromete a nunca usar bombas nucleares, salvo se algum outro Estado utilizar tais armamentos primeiro. A cláusula foi incluída no TPN, porém os únicos países que a ratificaram foram os mesmos que apresentaram a proposta, China e Índia. Deste modo, o grau de ameaça que a China representa ao se tratar do uso de armamento nuclear é bem menor quando comparado aos EUA e a Rússia (TAMAMOTO, 2009, 63-64).

6.1 – Divergências políticas e culturais entre Japão e China.

Apesar da boa relação econômica sino-japonesa e do relativo entendimento político, ambas as nações ainda possuem profundas desafeições políticas e sociais, latentes desde o fim da II Guerra Sino-Japonesa (1937-1945). O desentendimento e a desconfiança tem se agravado com alguns acontecimentos:

(1) a disputa pela ilha Diaoyu/Senkaku, que foi incorporada oficialmente ao território japonês em 1895 com o final da I Guerra Sino-Japonesa. A China passou a requerer seu direito territorial sobre a ilha em 1996, quando grandes reservas de gás natural foram descobertas (ALTEMANI, 2000). Como a demanda chinesa por energia é muito grande perante a oferta global disputar a ilha expressa o interesse nacional em assegurar a segurança energética. Em 2006 houve uma disputa comercial sino-norte-americana, no qual estes países enfrentaram a escassez de combustíveis fósseis devido ao aumento do consumo chinês (RAND, 2008);

(2) o massacre na Praça da Paz Celestial, que deixou a opinião pública japonesa com visão extremamente negativa em relação ao governo chinês. A partir deste evento surgiu um preconceito com relação ao governo chinês, que é julgado pela população japonesa como retrogrado e de característica ditatorial (MATSUDA, 2007);

(3) as visitas anuais do primeiro ministro japonês Koizumi ao Yasukuni, respeitado como símbolo do antigo império japonês, mas que, após 1945, adquire conotação negativa por causa das cinzas dos criminosos de guerra, o que gerou retaliações econômicas e sociais por parte da China (PEW GLOBAL ATTITUDES PROJECT, 2007; SMITH, 2009);

(4) a crítica de um país sobre o outro acerca de seus sistemas

educacionais, que são divergentes quanto ao programa educacional, tanto que o governo chinês acusa o Japão de negligenciar o ensino sobre a II Guerra Mundial, suprimindo a atuação do Império do Sol Nascente na mesma, enquanto a China é acusada de promover um ensino nacionalista anti-japonês, que cria uma identidade negativa do Japão com relação à população chinesa (TAMAMOTO, 2005; PEW GLOBAL ATTITUDES PROJECT, 2007);

(5) a questão de Taiwan, considerada pelo governo chinês como fundamental para sua integridade territorial e moral política (MIYOSHI, 2007). O fato de Taiwan ter recebido o governo capitalista, faz com que a ilha tenha melhor identificação com os países membros do antigo bloco capitalista da Guerra-Fria (SMITH, 2009). Segundo Miyoshi (2007), o governo chinês já utilizou de todas as formas pacíficas possíveis para tentar reunir Taiwan politicamente, pois chegou a promulgar um artigo especial na constituição da República Popular China. Conforme a norma constitucional, se Taiwan declarar independência ocorrerá um conflito bélico obrigatório e legítimo contra o Exército de Libertação Popular (exercito chinês), logo a submissão de Taiwan pela força.

A partir deste arcabouço, dois pontos podem ser entendidos a partir da análise da questão de Taiwan somada ao crescimento militar da China Continental. Primeiro; estrategicamente o governo chinês se fortalece e cresce economicamente formando uma base de recursos que permite o investimento na área militar. Segundo; Taiwan é financiada pelo governo norte-americano, que fornece armamentos de alta tecnologia (SMITH, 2009) e recebe incentivos japoneses para negócios com o bloco hegemônico liderado pelos EUA (MIYOSHI, 2007).

O nacionalismo é uma peça chave para a manutenção da integridade territorial e cultural chinesa. Os estudantes que participaram do protesto da Praça da Paz Celestial defendiam a abertura política chinesa se espelhando no que havia ocorrido com a União Soviética. A partir deste protesto, o governo chinês viu a necessidade de reacender as chamas nacionalistas (BRZEZINSKI, 2005), pois após reatar as relações com o Japão e os EUA, a partir da criação das ZEEs, o nacionalismo foi abandonado por não existir mais uma ameaça real (MIYOSHI, 2007). Contudo, o nacionalismo voltou à tona na década de 1990, já que criticar o Japão historicamente a partir dos fatos expostos nos cinco itens acima se tornou uma prática recorrente do governo chinês (SMITH, 2009). Brzezinski (2005) entende que estas ações não são necessariamente reais, apesar de ameaçadoras, mas que representam apenas a auto-proteção cultural com intuito de manter a integridade cultural do país, visto que com o colapso do sistema soviético e o reordenamento do sistema internacional, o Partido Comunista deixou de preencher todas as lacunas abrindo espaço para possíveis reformas políticas (MIYOSHI, 2007; SMITH, 2009).

Neste aspecto cultural, a atuação chinesa adota uma aparência dualista, por um lado critica e promove protestos anti-japão, passando a impressão de ser um Estado extremamente nacionalista e preocupado com a historicidade de

seu povo, por outro promove o diálogo e procura passar confiança estreitando relações com governo japonês (MIYOSHI, 2007; SMITH, 2009).

6.2 – Incongruências no crescimento militar chinês e as reações externas.

Conforme dados do governo chinês, oferecidos ao Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), a China incrementa seu gasto na área militar em 17% ao ano, com pequena variação de até 1%. Os gastos militares são respectivos a um percentual do PIB, que não tem um número preciso, dada à obscuridade dos investimentos governamentais. Oficialmente, o percentual relativo PIB é de 1,4%, porém a RAND (2008) acredita que o percentual real esteja em torno de 1,9%~2,4%, já que as armas desenvolvidas e construídas exigem vasto investimento. O SIPRI acredita que o percentual PIB é de 2%. Considerando que o PIB Chinês cresce em uma média de 8% ao ano, entende-se que além de haver o aumento no percentual relativo-PIB na área militar o montante cresce naturalmente conforme o PIB Chinês acende anualmente. Desta forma não se sabe se o investimento militar cresce junto com a China ou se esta crescendo mais que o próprio PIB (RAND, 2008).

Atualmente, a china desenvolve novas tecnologias baseadas em armas de alta tecnologia de caráter ofensivo (SMITH, 2009); desta forma, este país, que antes possuía um desenvolvimento econômico pautado no conceito do “Peaceful Rise” (CALDER, 2009), passou a desenvolver-se também no campo militar-tecnológico. Contudo, para romper com tal conceito seria necessário promover um conflito armado internacional, isto é, guerrear com outro Estado nacional. Até o presente momento, o governo chinês não adotou nenhuma postura agressiva ou beligerante que contestasse as premissas do crescimento pacífico.

Tal desenvolvimento militar apenas passou a ser questionável, pelo fato de o discurso chinês ser incongruente com os dados apresentados pelo governo, nos seguintes pontos:

(1) Os gastos com as despesas das forças armadas não são compatíveis com os números apresentados pelos órgãos nacionais e relatórios oficiais (DREYER, 2007); como constatado, o incremento de gastos representa o percentual da totalidade do PIB destinada às forças armadas, mas evidenciando apenas o gasto com equipamento e desenvolvimento de novas tecnologias chegamos aos seguintes números: em 1997 US\$3,1 bilhões, em 2006 US\$12,3 bilhões. Conclui-se que os gastos quadruplicaram (DREYER, p. 649);

(2) O governo chinês afirmou, a partir do “White Paper of 2009”, que existe a necessidade do desenvolvimento de algumas armas para a manutenção da segurança em áreas de fronteira e nas questões de desordem social; porém, salvo o Tibete, a China não apresentou nenhum problema de ordem social por 18 anos, e ratificou o acordo de desmilitarização e controle conjunto revezado das fronteiras com os países da Shanghai Cooperation Organization (SCO)

reduzindo os gastos militares e gerando maior confiança e cooperação entre os membros (RAND, 2008);

(3) ainda considerando a afirmação do ministro chinês, se a China tem o intuito de proteger o território continental contra os vizinhos e problemas de ordem social, porque a mesma desenvolve armas que lhe dariam projeção para fora do continente, tais como caças de 4ª e 5ª gerações, submarinos nucleares com capacidade de lançar mísseis balísticos nucleares, escudo antimísseis instalado no estreito de Taiwan, foguete aeroespacial e mísseis anti-satélite dentre outras armas e tecnologias do mesmo gênero? (O´ROURKE, 2009);

(4) Os países membros da “Association of South East Asian Nations” (ASEAN) viviam mergulhados em disputas políticas e econômicas entre si; porém, após a participação da China no bloco, os conflitos se cessaram. A presença chinesa, com caráter de liderança, pacificou a associação, gerando novas oportunidades e direcionamentos para as políticas econômicas destes países, que deixaram as possibilidades beligerantes de lado (MIYOSHI, 2007). Neste contexto, deveria ocorrer a redução do investimento militar chinês, não seu incremento, já que a possibilidade de ocorrer uma instabilidade política no Sudeste Asiático é mínima (SMITH, 2009);

(5) As criticadas relações cooperativas com o Irã e a Coreia do Norte na área política e militar; já que para estes países, a China representa a segurança necessária frente as ameaças feitas pelos EUA. Em virtude de sua cadeira permanente no Conselho de Segurança, a China seria capaz de vetar qualquer sanção econômica ou tentativa norte-americana de enfraquecer politicamente seus aliados (HOVERBOLD, 2008).

Desta forma, entende-se que as fronteiras continentais chinesas estão seguras como resultado da cooperação com os Estados vizinhos; portanto, o armamento desenvolvido torna-se incompatível com esta percepção de segurança que o governo chinês busca justificar a partir de discursos e documentos. Além disso, as alianças chinesas são desinteressantes para as potências ocidentais, bem como ao Japão, por darem suporte a países que desenvolvem programas nucleares aliados a política ofensiva (CALDER, 2009). Por último, os gastos e a produção técnica carecem de transparência, tendo em vista que a China desenvolve novas tecnologias e um arsenal sem a declaração precisa de gastos, que só foi descoberto através de espionagem ou quando alguma arma deste arsenal se tornou visível para patrulhas no mar Amarelo ou no mar da China (O´ROURKE, 2009).

A partir desta questão, o Japão age a partir do Smart Power, alicerçado somente no poder econômico e cultural, enquanto a ação do Hard Power, alicerçado no poder militar, se opera por parte dos norte-americanos (SMITH, 2009). Neste sentido é notável o limite estratégico que os EUA, a partir do Tratado de São Francisco, representam para o governo chinês, já que o arsenal

norte-americano é tecnologicamente superior (TAMAMOTO, 2009) e capaz de proteger os territórios delimitados no tratado até mesmo com mísseis nucleares.

A política pacifista japonesa parte desta perspectiva, afinal, se o Japão já possui quem o defenda militarmente não existe a necessidade de investir em políticas beligerantes, mas somente as econômicas. Obviamente a aliança EUA-Japão possui algumas desvantagens, como, por exemplo, o auto-alinhamento político e a possibilidade de o Japão ser tragado para um conflito armado iniciado pelos EUA (TAMAMOTO, 2009).

A percepção que se tem diante do desenvolvimento militar chinês é a de que este fenômeno possui um direcionamento para fora do território chinês, logo representando uma ameaça aos países que sempre foram hegemônicos na região. Tal fato reacendeu o nacionalismo nipônico ao ponto de se discutir se é necessário e viável o Japão retornar ao estado de país “normal”¹³, entretanto o governo japonês e os pesquisadores da área se mostraram pouco interessados em abraçar uma mudança da política pacifista, afirmando que este papel político é dos EUA (TAMAMOTO, 2009).

Ao se tratar do crescimento do arsenal chinês, os EUA ainda não elevaram o seu contingente no Mar da China, porém confirmaram que elevaria o número de soldados e aparelhos caso fosse necessário para a manutenção da ordem vigente na região. Já o Japão, conforme notícia da agência Kyodo veiculada pelo jornal *Japan Today* (2009), já enviou o projeto de reestruturação das Forças de Auto-Defesa para ser votado no parlamento, que prevê um incremento de soldados, de 5.000 para 160.000, e a compra de novos equipamentos incluindo a instalação de um escudo antimíssil mais moderno e efetivo. O incremento de forças japonês é justificado a partir dos testes nucleares norte-coreanos e o crescimento militar chinês, já que cria uma grande disparidade sino-japonesa ao se tratar de poder militar. O projeto ainda não foi votado devido à recente crise que houve no governo japonês, que culminou com a renúncia do primeiro-ministro Yukio Hatoyama.

7 – Contra-Hegemonia, Hegemonia e Status Quo: Como Podemos Entender as Políticas Chinesas nesses Conceitos?

Foram analisadas, de forma breve, três diferentes esferas que compõem o Estado Chinês (cultural, econômica e política) e a forma como operam internacionalmente, porém ao cruzarmos as diferentes áreas podemos visualizar um

13 O Status de “país normal” se refere ao Japão modificar sua constituição de forma a readquirir o direito de possuir Forças Armadas convencionais. Desde o Tratado de São Francisco o exército japonês foi intitulado de Força de Auto-Defesa e não pode possuir determinadas armas em seu arsenal por serem consideradas “ofensivas”. Além disso, ficou proibida qualquer incursão em território inimigo, salvo em defesa própria e tendo o inimigo iniciado o conflito. A única modalidade permitida é em operações de ajuda humanitária, porém as mesmas são difíceis, já que aviões cargueiros se enquadram no conceito de “armas ofensivas”.

fenômeno mais complexo.

Conforme apresentado anteriormente, ao se tratar da região Leste Asiático, o Tratado de São Francisco permitiu que politicamente os EUA exercessem uma hegemonia na região, visto que permitiu a ocupação militar norte-americana no mar da China e no território Japonês. Em decorrência do tratado, os Estados Unidos, além de se projetarem politicamente, puderam exercer sua influência econômica na região, já que foram lançados diversos pacotes de ajuda econômica na década de 1950. A ajuda financeira era destinada ao Japão e a Coreia do Sul e visava conter a ameaça comunista de forma semelhante ao plano Marshall, fornecido para a Europa ocidental (KISSINGER, 1998). Como resultado deste arcabouço, os EUA e o Japão passaram a exercer influência econômica, política e cultural sobre os Estados da região; porém, ao se considerar a China como uma competidora econômica e política frente aos EUA e Japão, este país poderia ser entendido como um potencial transgressor para este *Status Quo* existente.

Para que exista uma contra-hegemonia, é necessário que o Estado hegemônico seja ameaçado por um concorrente, que executa ações com intuito de fragilizar a ordem imposta. A partir deste conceito, a hegemonia pode ser analisada em três diferentes períodos históricos, nos quais a ordem hegemonia se configurou de forma distinta:

(1) No período pré I Guerra Mundial (1914-1918), no qual Alemanha, Inglaterra e França representavam grandes pólos de poder, cada potência procurava firmar sua ordem hegemônica na Europa e no mundo. Esta busca individual de cada Estado gerou conflitos de interesses, que culminaram na I Guerra Mundial. O conflito representa a disputa entre as potências européias pela hegemonia colonial e econômica no mundo (KISSINGER, 1998). Neste período, o sistema hegemônico é considerado multipolar, já que existiam múltiplos pólos de poder;

(2) A supremacia norte-americana, vivida na década de 1990 e 2000, caracteriza um sistema hegemônico unipolar, no qual apenas os EUA exercem de forma total o poder político, econômico e cultural ao redor do mundo. Por não existir um poder contra-hegemônico a possibilidade de um conflito bélico em larga escala é mínima, já que existe grande disparidade de poder entre os EUA e os outros Estados. Neste caso, o poder hegemônico adota uma característica policiadora, já que impõe ordem ao sistema internacional de forma a manter-lo sobre o seu controle (XIAN, 2003, p. 1-6);

(3) A Guerra-Fria constituiu um sistema bipolar, visto que duas potências hegemônicas disputavam a influência na arena internacional. De um lado do mundo os EUA exerciam seu papel hegemônico sobre os países capitalistas, do outro a Rússia através da União Soviética exercia sua influência nos países do bloco comunistas. Tal perspectiva criou o ambiente de disputa entre estes diferentes blocos, entretanto as duas potências não entraram em guerra, já que se constituía um equilíbrio de poder entre ambas. A guerra não era viável devido as grandes perdas que o conflito iria gerar, pois cada bloco assegurava a

destruição do outro a partir de mísseis nucleares (KISSINGER, 1998);

Neste caso, a contra-hegemonia é uma ação de Estado, que se encontra alicerçada pela política (MEARSHEIMER, 1995), economia e pela cultura (MIYOSHI, 2007). Para Mearsheimer (2006) a China apenas esta fortalecendo sua economia com intuito de superar os EUA, para que quando for seguro a mesma possa executar suas políticas mais agressivas. O pesquisador afirma que ainda não houve a intervenção militar com relação a Taiwan por não ser o momento apropriado, porque a China Continental não teria poder suficiente para arcar com as consequências do conflito ao se tratar das retaliações internacionais.

Os argumentos de Mearsheimer acerca da orientação e a finalidade do crescimento chinês são facilmente refutados a partir dos seguintes questionamentos: O atual ambiente internacional é excelente para a China, é bom para os EUA e péssimo para o Japão, que esta em crise desde a década de 1990. Será que a China iria romper com uma situação com a qual ela ganha muito poder econômico, que pode ser revertido em poderio militar e infra-estrutura para o país? O mesmo vale para os EUA, será que uma desestabilização da Ásia a partir de uma guerra seria economicamente e politicamente interessante? Os dois não se uniriam para colocar ordem em uma ameaça a esse ambiente favorável, afinal, não são os braços chineses deixam os produtos americanos mais competitivos e o capital americano que faz a china crescer?

Neste ponto podemos concluir que a China é uma ameaça, já que é percebida desta forma pelos EUA e Japão, porém não é contra-hegemônica por não atuar contra a ordem imposta internacionalmente. Neste sentido, visualiza-se a China participando do sistema internacional almejando construir laços de cooperação econômica e política. Nada impede que no futuro, o desenvolvimento militar e econômico da China seja conduzido de forma agressiva, porém seria extremamente desvantajoso abandonar a fórmula que permitiu o crescimento sínico. Nos últimos 40 anos, o governo chinês não adotou nenhuma medida de cunho militar, que tenha ultrapassado seu território nacional e gerado algum conflito entre forças. Desta forma, não é possível alegar, que a China executou uma manobra militar hostil, porém a desconfiança e o medo frente aos dados numéricos fazem com que tais países tendam a se preparar para uma possível mudança na agenda internacional chinesa, portanto o incremento de forças é apenas algo a ser esperado por parte dos EUA e Japão.

A tentativa chinesa de se projetar em mercados menos explorados e de firmar alianças com países não alinhados a Washington é totalmente aceitável, já que expressa a necessidade da China em explorar mercados negligenciados pelos EUA. A posição chinesa no conselho de segurança sempre foi moderada, já que é notável o contraste entre o apoio político e econômico ao Irã e a reprovação ao programa nuclear deste país (RAND, 2008). Na verdade, a China nunca apoiou programas nucleares e sempre se posicionou contra o desenvolvimento de tais armas, portanto trata de forma distinta a adesão econômica, militar e política.

A China buscou fazer alianças a partir de organizações internacionais como o SCO e a ASEAN. Alguns Estados como a Rússia, possuem interesses semelhantes ao chinês, logo nesse ponto de convergência de interesses a cooperação ocorre. O SCO representa uma ameaça de semelhante a OTAN, portanto um equilíbrio de poder. Contudo, não existe uma formalidade estratégica entre China e Rússia, que afirme que as aproximações do SCO têm caráter antiamericano e contra-hegemônico (RAND, 2008). Aliás, houveram desentendimentos ao se tratar da venda de armas, pois os chineses estavam utilizando a engenharia reversa em caças russos. Em consequência a esta atitude, Moscou retaliou o governo chinês afirmando que nunca mais venderia armas com tecnologia sensível, em razão do desrespeito as patentes (PRAVDA, 2009). Entretanto, apesar da crescente confiança nas relações, ambos os países ainda não cooperam estrategicamente no mesmo nível da OTAN, já que a China procura adquirir tecnologia militar russa de forma desleal (RAND, 2008). Neste aspecto, Moscou desconfia dos verdadeiros interesses chineses ao se tratar da cooperação em defesa e segurança, logo China e Rússia apenas cooperam pela convergência de interesses, tais como: facilitação econômica, desenvolvimento de infra-estrutura, treinamento militar anti-terrorista, segurança das fronteiras etc (RAND, 2008).

A relação chinesa com países condenados pelos EUA, por possuírem programas nucleares, é de característica comum. Portanto, não constituem alianças estratégicas formidáveis com intuito de corromper o sistema internacional, visto que é notável que os chineses estejam se inserindo perfeitamente no mercado global trazendo consigo países como o Irã (BRZEZINSKI, 2005).

A partir dessas evidências conclui-se que a China busca um sistema multipolar, no qual os EUA seriam seu maior aliado na execução de políticas globais, ao passo que a atuação econômica é exercida através da busca de novos mercados e ocorre de forma independente, sem alinhamento. Entretanto, nada impede que o cenário global se altere e a orientação das políticas chinesas o siga, por este motivo a tendência é que exista o acompanhamento dos EUA para que haja a manutenção do equilíbrio de poder e a manutenção do *Status Quo* regional, para que no futuro não seja surpreendido por uma eventual alteração na agenda chinesa.

8 - Conclusão

É entendido que no passado pré-revolução, a China sempre esteve envolvida em conflitos internos promovidos por diferentes etnias, reinos e perspectivas políticas divergentes. O Estado moderno chinês é composto por todas estas diferentes culturas, que se encontram em um único território regido pelo mesmo sistema político. Um grande medo do governo Chinês seria a possibilidade de algum conflito étnico promover uma cisão territorial e, consequente-

mente, culminar na formação e um novo Estado independente. Neste sentido, a China sempre resolveu suas agitações populares com a polícia e o exército aliados a promoção de uma cultura política nacionalista.

O crescimento econômico e as novas perspectivas pós 1972 permitiram o termino do conflito ideológico China-EUA e a abertura do dialogo com os países capitalistas, portanto é visível que a cooperação econômica tem inicio durante a Guerra Fria e permanece até a atualidade. Contudo, as divergências políticas permaneceram no cenário pós-colapso da URSS, porque os regimes políticos permaneceram intocados enquanto a cooperação econômica progrediu e se intensificou.

O mundo da década de 90 fez o possível para receber os Estados da antiga URSS com braços abertos. Naquele momento, teorizou-se o fim dos conflitos e uma nova era de paz e prosperidade, no qual o papel do Estado seria secundário, entretanto, tal idéia foi contestada imediatamente com a Guerra do Golfo (MEARSHEIMER, 1995). Este idealismo, que passou a dar menos importância para os Estados, acabou disseminando a percepção de que não haveriam mais conflitos na arena internacional e que o ambiente seria de ampla cooperação.

Este ponto, aplicado ao Leste Asiático, é de mais fácil contextualização, já que os tratados e o sistema regional terem permanecido inalterados com o único diferencial de a China ser o país que mais cresce no mundo. O tratado de São Francisco permanece vigente, assim como a divisão da Coreia pelo paralelo 38 N, logo são visíveis os resquícios da Guerra Fria. O crescimento econômico altera a importância da China no mercado global, dada a elevação do poder de barganha frente aos outros atores, porém ele sozinho não dá projeção para a atuação política da China no mundo.

A grande surpresa surge com a modernização do exército chinês, que daria ao Estado a projeção estratégica. O Tratado de São Francisco, que antes representava uma contenção ao comunismo soviético, passou a representar uma contenção à expansão estratégica chinesa, caso esta tome proporções agressivas. Os EUA negam oficialmente tal alegação sobre o tratado, pois afirmam que o tratado diz respeito à condição japonesa imposta no pós-guerra (SMITH, 2009). Contudo, tratado foi requerido pelo Japão quando a China desenvolveu sua primeira bomba atômica e, em 1958 e 1996, para assegurar o domínio japonês sobre as ilhas Diaoyu/Senkaku; portanto, atualmente, o tratado esta recebendo sentidos e aplicações diferentes frente à modernização do arsenal convencional chinês.

Esta questão reacendeu o nacionalismo japonês e a discussão do retorno do Japão ao status de país "normal". A desconfiança frente ao governo chinês parte das políticas culturais e nacionalistas, que costumam ser anti-japonesas, além de algumas incursões militares chinesas no Mar da China em território protegido pelo Tratado de São Francisco e próximo as possessões japonesas. Contudo, já é perceptível que a orientação do nacionalismo chinês é do plano externo para o interno, isto é, critica o Japão apenas com intuito de

favorecer as políticas nacionais internas e não o acirramento de conflitos externos. Obviamente trata-se de um mecanismo político (MIYOSHI, 2007), porém não é orientado para práticas destrutivas na arena internacional.

Ao se tratar do novo papel que a China está adquirindo, O'Rourke (2009) afirma que os EUA recebem a China como um novo ator que ajudará a contribuir para a manutenção da paz mundial e das instituições internacionais, porém ressalta que o crescimento militar chinês deve ser observado e acompanhado, pois não se sabe até quando o mesmo continuará sendo orientado pelo *Peaceful Rise* e direcionado para a manutenção da ordem vigente.

O cenário não é propenso a um conflito bélico entre a China e os EUA, já que os ambos os atores não desejam se engajar militarmente. Contudo, é perceptível que a China possui uma nova posição estratégica na região, que altera o equilíbrio de poder, pois esta competindo economicamente com o Japão, ao se tratar da projeção econômica, e competindo estrategicamente com os EUA ao se tratar do Leste Asiático. Neste contexto, existe a possibilidade de iniciar-se uma potencial corrida armamentista Sino-Americana com intuito de equilibrar o poder e angariar maior influência em escala regional, mas tal fato depende da direção que o governo chinês der para o seu crescimento. Os EUA percebem o desenvolvimento militar chinês como uma ameaça, porém a China até o presente momento não executou nenhuma ação contra-hegemônica. Neste sentido, a China adquire o potencial para agir estrategicamente, porém apenas o utiliza para promover a paz e as instituições internacionais.

9 - Referências

ALTEMANI, Henrique. *Japão como País Normal e Ator Internacional*. São Paulo: IPRI, 2000.

_____. *China e Japão no Âmbito da Economia Política Internacional*. São Paulo: IEA/USP, 1995. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/textos/oliveirachinaejapao.pdf>>. Acesso em: 29 Jun. 2010.

BLAINEY, Geoffrey. *Uma breve história do século XX*. São Paulo: Fundamento Educacional, p. 176-179. 2009.

CALDER, Kant. *Pacific Alliance: Reviving U.S.-Japan Relations*. New York: Yale University, 2009.

COMPUTERWORLD. *Empresas estrangeiras contestam regras de direitos intelectuais na China*. Disponível em: <<http://idgnow.uol.com.br/mercado/2010/01/29/empresas-estrangeiras-contestam-regras-de-direitos-intelectuais-na-china/>>. Acesso em: 29 Jun. 2010.

CHAN, John. *China Responds to US Pressure on the Yuan*. On-line, 2010. Disponível em: <<http://www.wsws.org/articles/2010/jun2010/chin-j25.shtml>> Acesso em: 27 Jun. 2010.

COX, Robert W. *Approaches to World Order*. Cambridge: Cambridge University, p. 124-143, 1996.

DENT, Christopher. *China, Japan and Regional Leadership in East Asia*. Northampton: Edward Elgar, 2008.

DREYER, June. *China's Power and Will: The PCR's Military Strength and Grand Strategy*. Foreign Policy Research institute: Elsevier, Fall 2007, p. 647-660, 2007.

DEPARTAMENT OF DEFENCE OF THE UNITED STATES OF AMERICA, *Military Power of The People's Republic of China*. 2009. Disponível em: <http://www.defenselink.mil/pubs/pdfs/China_Military_Power_Report_2009.pdf> Acesso em: 27 jun. 2009.

EFE. *China tem 610 mil empresas estrangeiras em seu território*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u327053.shtml>>. Acesso em: 29 Jun. 2010.

_____. *Google vai deixar a China em abril, diz jornal*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL1535921-6174,00.html>>. Acesso em: 29 Jun. 2010.

EMBAIXADA DA FEDERAÇÃO RUSSA NO BRASIL, *Declaração do Presidente da Rússia Vladimir Putin Sobre a Reguarização na República Chechena*. 2002. Disponível em: <<http://www.brazil.mid.ru//embrus/2002-20.htm>> Acesso em: 12 abr. 2009.

FARREL, Theo. *Constructivism Security Studies: Portrait of a Research Program*. Oxford: Blackwell, 2002.

GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO JAPONÊS. *Sobre a Nova Estratégia de Crescimento: Por um Japão de Sucesso*. 2009. Disponível em: <<http://www.br.emb-japan.go.jp/Onthenewgrowthstrategy.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2010.

HOPF, Ted. *The Promise of Constructivism in International Relations Theory*. *International Security*, 23, 1, p. 171-200, 1998.

HOVERBOLD, Willian. *Asia, America, And The Transformation of Geopolitics*. New York: Cambridge University, 2008.

JAPAN TODAY. *Japan's new defense guidelines seek personnel, equipment reinforcement*.
21 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.japantoday.com/category/national/view/japans-new-defense-guidelines-look-for-personnel-equipment-reinforcement>> Acesso em: 22 jun. 2009.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Francisco Alves, 1998.

MAISONNEUVE, Eric, *La metamorfosis de la violencia. Ensayos sobre la guerra moderna*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamérica, 1998, p. 152-167.

MARINE CORPS INTELLIGENCE ACTIVITY, *Handbook of the Chinese People's Liberation Army*. Disponível em: <http://www.dia.mil/Foia/PLA_handbook.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2009.

MATSUDA, Yasuhiro. *Japanese Assessment of China's Military Development*. Tokyo: Asian Perspective, Vol. 31, No. 3, 2007, p. 183-193.

MCNEILLY, Mark. *Sun Tzu e a Arte da Guerra Moderna*. São Paulo: Record, 2003.

MEARSHEIMER, John. J. *China's Unpeaceful Rise*. On-Line: *Current History*, Vol. 105, No. 690, p. 160-162, 2006. Disponível em: <<http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/A0051.pdf>> Acesso em: 18 Jun. 2010.

_____,.; BRZEZINSKI, Zbigniew. "Clash of the Titans" On-Line: *Foreign Policy*, No. 146, p. 46-49, 2005. Disponível em: <<http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/A0034.pdf>> Acesso em: 19 Jun. 2010.

_____,. *The False Promise of International Institutions*. On-Line: *International Security*, Vol. 19, No. 3, p. 5-49, 1995. Disponível em: <<http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/A0021.pdf>>. Acesso em: 14 Abr. 2009.

MEDEIROS, Carlos A. *Deslocamento e Complementaridade: A Estratégia de Desenvolvimento Chinesa e a Economia Regional Asiática*. Brasília: FUNAG, 2008, p. 69-86.

_____,. *A China Como um Duplo Pólo na Economia Mundial*. São Paulo: Economia Política, vol. 26 n° 3, Sept 2006. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/a_china_como_um_duplo_polo_na_economia_mundial.pdf> Acesso em: 22 jun. 2010.

MEISELS, Tamar. *Territorial Rights*. Tel Aviv: Springer, 2009.

MIYOSHI, Sheila. *The Politics of Identity: History, Nationalism, and the Prospect for Peace in Post-War East Asia*. Washington: Strategic Studies Institute, 2007.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS DO JAPÃO. *Panorama da Diplomacia Japonesa*. 2009. Disponível em: < http://www.br.emb-japan.go.jp/Panorama_da_Diplomacia_Japonesa_2009.pdf> Acesso em: 14 abr. 2010.

MINISTRY OF COMERCE OF CHINA. *Statistics on Trade Between China and Europe from Janury to June of 2009*. On-line, Jan. 2010. Disponível em: <<http://english.mofcom.gov.cn/aarticle/statistic/chinaeuropeancountry/201001/20100106727951.html>>

NONNENBERG, Marcelo. J. B. *China: Estabilidade e Crescimento Econômico*. On-line: 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572010000200002&script=sci_arttext> Acesso em: 29 Jun. 2010.

OLIVEIRA, Amaury P. *China e Japão: Parceiros ou Rivais*. São Paulo: IEA/USP, 1995. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/textos/oliveiraparceiros.pdf>>. Acesso em: 29 Jun. 2010.

O'ROURKE, Ronald. *China Naval Modernization: Implications for U.S Navy Capabilities*. CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE, 2009. Disponível em: <<http://www.fas.org/sgp/crs/row/RL33153.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2009

PAUTASSO, Diego; OLIVEIRA, Lucas K. *A segurança energética da China e as reações dos EUA*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292008000200004&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 29 Jun. 2010.

PEW GLOBAL ATTITUDES PROJECT, *China's Neighbors Worry About it's Growing Military Strength*. Disponível em: <<http://pewglobal.org/datasets/signup.php?DocID=237>>. Acesso em: 28 abr. 2009.

PRAVDA. *China shamelessly steals fighter jet technology from Russia*. On-Line: 2009. Disponível em: <http://english.pravda.ru/world/asia/22-04-2009/107437-fighter_jet-0> Acesso em: 23 Out. 2009.

QUEIROZ, Adolpho C. F. *Propaganda Política na China: história e questões contemporâneas*. UNIrevista, São Paulo, vol. 01, n. 03, 2006. Disponível em: < http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Queiroz.PDF>. Acesso em: 26 jun. 2010.

- RAND. *Pacific Currents: The Responses of U.S Allies and Security Partners in East Asia to China's Rise*. Pittsburg: RAND, 2008.
- SIPRI. *The SIPRI Military Expenditure Database*. Disponível em: < <http://milexdata.sipri.org/result.php4> > Acesso em: 4 out. 2010.
- SMITH, Paul. *China-Japan Relation and The Future of Geopolitics in East Asia*. Heldfred, p. 230-256, 2009.
- TAMAMOTO, Massaru. *Can Japan Live Without the Bomb?*. Yokohama: World Policy Journal, fall 2009, p. 63-70, 2009.
- _____,. *How Japan Imagines China and Sees Itself*. Tokyo: World Policy Journal, winter 2005/2006, p. 55-62, 2005.
- VIZENTINI, Paulo. G. F. *Relações Internacionais da Ásia e da África*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- WANG, Hui . *China, the U.S and the Global Economy*. Santa Monica: RAND, 2001.
- XIAN, G. "The Asian Recentralization and the China Role", em *REG, Hegemonia e Contra-Hegemonia, Seminário Internacional, 18-22 agosto de 2003, Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://www.reggen.org.br/midia/documentos/arecentralizacaoasiaticaeopapeldachina.pdf> >.
- XIN, C; LINA, W; SCHUCHENG, L. "An Analysis of China's Economic Trend (1998-2002)", *China & World Economy*, No 4, 2002.
- ZEMIN, Jiang. *Reforma e Construção da China*. Rio de Janeiro: Record, 2002.